

O ATLAS DO IMPÉRIO DO BRAZIL E AS REPRESENTAÇÕES EXISTENTES NO LIVRO: “HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL: IMPÉRIO: A CORTE E A MODERNIDADE NACIONAL”

AIRTON JOSÉ CAVENAGHI*

RESUMO

Este artigo analisa a iconografia cartográfica existente na obra Luiz Felipe de Alencastro (org.) *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo : Companhia da Letras, 1997. Procura, nesta análise, identificar de forma crítica, como a documentação cartográfica, como qualquer outro elemento iconográfico, possui uma historicidade particular, construída em função de elementos culturais próprios e pertinentes ao momento de sua criação. Seu uso como simples auxiliar do textual historiográfico, cria novos elementos de percepção no observador, não pertinentes a sua função documental inicial, comprometendo de forma indireta, possíveis análises críticas da historiografia desenvolvida.

PALAVRAS-CHAVE: cartografia histórica; análise iconográfica; produção cultural; Brasil Império; Século XIX.

ABSTRACT

*This article analyzes the cartographic iconography presented in Luiz Felipe de Alencastro (ed.) *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia da Letras, 1997. The objective of this analysis is to critically identify how mappings, or any other iconographic element, have a history itself, built on the basis of their own cultural and relevant to the time of its creation. Its use as support to simple textual historiography creates new elements of perception in the observer not relevant to its original documentary function but indirectly compromising possible critical analyses of historical development.*

KEYWORDS: cartography historical; contemporary historiography; iconographic analysis; cultural production; nineteenth century Brazil.

O século XIX no Brasil e a percepção da imagem cartográfica: esclarecimentos necessários

Ao ilustrar-se uma publicação impressa, é necessário perceber os valores que estão sendo reproduzidos pelas ilustrações escolhidas. A imagem usada para ilustrar, procura mostrar uma síntese daquilo que estaria escrito, ou seja, os olhos captando a essência do texto pela visualização das imagens, estas, pertencentes a este mesmo texto, ou supostamente associadas ao mesmo.

A edição de uma obra impressa deve criar um acolhimento visual para o leitor. Ele, como observador, deve perceber naquilo que se apresenta aos olhos, a continuação daquilo que está escrito. No mundo contemporâneo é impossível dissociar imagem de linguagem cotidiana, mas na atual historiografia brasileira isto ainda não é uma vertente seguida e observada.¹ A História ainda é, para muitos, a visualização e interpretação do texto escrito, vinculado a tradução da verdade histórica absoluta, largamente difundida desde o século XVIII, e atingindo seu ápice interpretativo nas ideias, por exemplo, de Fustel de Coulanges. Brian Harley, historiador contemporâneo da cartografia histórica, em sua excelente obra, *La nueva naturaleza de los mapas*, alerta-nos que:

La regla básica del método histórico es que solo se pueden interpretar los documentos en su contexto. Esta norma se aplica igualmente a los mapas, que deben llevarse de regreso al pasado y situarse estrictamente en su propio periodo y lugar.²

Qual é este período e este lugar que se refere à historiografia construída? A quem pode interessar o texto histórico interpretativo? Seria aquilo que é ilustrado, um completo fundamental do textual escrito, ou a permanência do clássico pensamento historiográfico do documento como a verdade absoluta?

Na obra *História da Vida Privada no Brasil* percebe-se este clássico modelo de criação e condução da escrita pelos valores associativos atribuídos as imagens. Primeiro a obra é pensada e construída. Pensa-se, nesta forma, na sua possível impressão e após isto, ela é ilustrada.

Especificamente no caso da presença da cartografia, nota-se a valorização única, na exposição de um material que praticamente orientou a condução da interpretação do espaço geográfico brasileiro durante o século XIX, ou seja, o *Atlas do Império do Brasil* de autoria do então Senador do Império, Cândido Mendes de Almeida.³ Este material não foi o único do período. Ao mesmo tempo em que a oficina do Instituto Philomathico, fundada por Cândido Mendes, especialmente para imprimir seu Atlas, funcionava a todo vapor, a oficina tipográfica de Kögel & Shwestka, por exemplo, também localizada no Rio de Janeiro, se dizia especialista em impressão de mapas.⁴ Antes de todos eles, o Arquivo Militar e a Imprensa Régia, prepararam e imprimiram mapas cartográficos desde a primeira década dos oitocentos.⁵

O *Atlas do Império do Brasil*, não deve ser interpretado como um produto do momento cotidiano atual, ou seja, um veículo de divulgação para o público em geral. Ao contrário da modernidade prevista no título da obra, *História da Vida Privada no Brasil: Império a corte e a modernidade nacional*, ela não atinge a maioria da população que habitava o território representado pelos mapas presentes no Atlas do Império, quando ele é confeccionado. Ele, no seu tempo e espaço, foi elaborado para ser lido por uma elite; futuros administradores do Estado; que frequentava as aulas ministradas no então Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro.

O que não se percebe na obra organizada por Alencastro, é a exposição deste alerta ao leitor, ou seja, que aquilo que é visto já não pertence ao nosso tempo e sim ao tempo dos outros, aqueles que em seu momento edificaram ideias e significações de suas próprias realidades cotidianas.

Não se questiona, exclusivamente, os idealizadores intelectuais da obra. Também na atual política mercadológica das editoras, ainda se afirma que, no mundo contemporâneo das imagens, seria impossível não vê-las “maquiando” aquilo que é editado. Perderia-se um público consumidor importante e não há, no mundo editorial contemporâneo, espaço para utópicos e sonhadores.

Cândido Mendes realizou seu Atlas também em condições adversas. Não havia no Brasil, naquele momento, uma estrutura editorial para impressão de mapas em grande escala e com grande definição. A totalidade das impressões era realizada no exterior, principalmente em Paris, na França. Um exemplo remete ao mapa de Daniel Pedro Muller, relacionado à representação da então Província de São Paulo e confeccionado em 1838.

Müller produziu o “*Mapa chorographico da provincia de São Paulo des. por Daniel Pedro Müller,... segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmittidos. Anno de 1837 & Gravé par Alexis Orgiazzi*”. Uma empresa francesa foi contratada para a confecção, sendo referenciada na legenda que o mapa, conforme apresentado. Este fato era comum, pois não se conhecia este tipo de atividade editorial na Província de São Paulo, como também era bastante insipiente no resto do país. Muller chegou a usar, como alternativa, os serviços de Hércules Florence que, adotando uma nova invenção de sua responsabilidade, a Poligrafia, lhe confeccionou um mapa chamado de *Itinerário das Estradas da Província*.⁶

Cândido Mendes ainda em 1868 enfrentava dificuldades semelhantes. Para sanar estes problemas iniciais, fundou um Instituto somente para desenvolver as técnicas e os processos para impressão dos mapas.⁷ Seu *Instituto Philomathico*, foi responsável pela abertura das pranchas litográficas; chapas em pedra com desenhos a serem impressos; como também pela impressão e confecção da totalidade dos mapas do Atlas por ele elaborado.

O Instituto chegou a produzir outras obras, tais como o *Auxiliar Jurídico*, de 1869, e o *Código Philippino ou Ordenações e Leis no Reino de Portugal*, em dois volumes em 1870, uma gigantesca obra, na qual somente o primeiro volume tinha mais de 1400 páginas, ambos de autoria de Cândido Mendes.⁸ O Instituto sobreviveria até 1870, segundo o pesquisador Orlando da Costa Ferreira, em seu livro *Imagem e Letra*.⁹ Uma vida editorial curta, que ajuda a questionar se a impressão das outras obras, além do Atlas do Império, não foi planejada como uma espécie de resposta administrativa necessária, para justificar eventuais investimentos públicos do Império com

a empresa? Ou mesmo se este dado não seria parte de uma simples análise de uma má gestão administrativa não condizente com o panorama consumidor editorial do período?

Acredita-se que a segunda hipótese seja a mais realista pois o consumo de uma obra deste porte teria um público leitor bastante restrito, que uma vez abastecido, não necessitaria de uma nova aquisição em função do caráter específico da obra. Para efeito comparativo, o próximo Atlas do Brasil a ser editado ocorreria apenas em 1882, quando Cláudio Lomelino de Carvalho, auxiliado pelo então Barão Homem de Mello lançaria o *Atlas do Brasil*, com outras realidades e outras noções ideológicas e culturais.¹⁰

Considerações na escolha das ilustrações

Para compreender os significados da escolha das ilustrações cartográficas da obra *História da Vida Privada no Brasil*, torna-se necessário perceber o momento histórico associado a sua produção. De acordo com as indicações apresentadas, a pesquisa iconográfica ficou a cargo do Professor Pedro Puntoni, fato que ajudou na finalização de um excelente resultado. Torna-se oportuno afirmar que no período da primeira edição, 1998, as facilidades encontradas atualmente no que tange ao processo de pesquisa iconográfica ainda eram incipientes e problemáticos. Altos custos de edição além da não existência, no Brasil, de material indexado e pronto para consulta em meios eletrônicos tal qual existe hoje com o auxílio da rede mundial de computadores.

A imagem cartográfica e sua representação são observadas por Marcello Martinelli, que argumenta:

O fato de, em geral, os Atlas apresentarem ilustrações, não significa a ação de incluir imagens para torná-lo mais atraente e multicolorido. A função da representação paisagística ou do registro de uma cena é incontestável. Tradicionalmente, a geografia recorre a este tipo de anotação para fixar certas características da realidade natural ou social que lhe interessa mostrar e estudar. Apesar do caráter polissêmico da imagem fotográfica (significados múltiplos), não se pode deixar de apontá-la como um instrumental poderosíssimo, aproximando mais o grande público aos objetos de estudo científico, nos quais os

pesquisadores e o próprio público se incluem. Neste sentido, a fotografia tem grande alcance social, podendo desvendar ao leitor aspectos sensíveis da sociedade da qual faz parte, que seriam difíceis de explicar apenas com as palavras.¹¹

O que se questiona é o processo de apresentação do material, realizado de forma aleatória e reservado, apenas, ao caráter ilustrativo da publicação. O texto escrito, associado diretamente à historiografia produzida, busca instituir o modelo de captação do leitor pelo conteúdo não associativo, ou seja, a obra suporte não se propõe de forma aparente, a comentar os aspectos iconográficos do material recolhido. Neste sentido há exceções como, a realizada de forma insipiente, no caso da imagem do fotógrafo Militão Augusto de Azevedo, *O senhor e seus escravos*, na página 18 da referida obra.¹²

Desta forma temos, na página 14 do volume n.02 da História da Vida Privada no Brasil (HVPB), a presença do primeiro objeto cartográfico.

O mapa da “*Divisão eclesiástica do Império*” é colocado para ilustrar o texto de Luiz Felipe de Alencastro “Vida Privada e ordem privada no Império”, que versa sobre a percepção conceitual do Império como instituição gestora dos elementos do cotidiano.

O mapa da divisão eclesiástica de Cândido Mendes, servirá de base gráfica para se construir, em toda estrutura da obra organizada por Alencastro, a percepção visual do território do Império: todo espaço mapeado serve a um propósito específico do idealizador da cartografia final e este é um fator que não deve ser negligenciado.

Na época da confecção do Atlas de Cândido Mendes é importante ressaltar que as questões de fronteiras, associadas a manutenção da totalidade do território nacional, ainda eram objeto de disputas externas e internas. Cândido Mendes sugere, inclusive, a criação de uma outra província, no caso *Pinsônia*.

Baseado na observação de mapas da região do Grão-Pará, o novo território teria sido inicialmente chamado de *Oyapockio*, mas para o autor, esta lembrança ajudaria os franceses na reclamação de todo o território do Rio *Oyapock*.¹³ Recebeu então o território o nome de *Pinsônia* em

homenagem a Vicente Yanes Pinzon, navegador espanhol companheiro de Colombo que esteve, por volta do ano de 1498, no território do estuário do Rio Amazonas chamado por ele de “*Santa Maria de la Mar Dulce*”.

Há, na sugestão do nome por Cândido Mendes, uma alusão à história e também a apresentação da supremacia ibérica na região. Sabe-se, por exemplo, que os portugueses, neste espaço mapeado, durante todo o século XVI, procuraram estabelecer fortalezas, tais como as de Araguari, Cumaú e Macapá. Após este momento, em 1649, fixaram o tratado de *uti possedetis*, dando finalmente a posse para a Coroa Portuguesa. As demarcações em áreas de floresta nativa sempre dificultaram a percepção real do espaço mapeado no papel.

Pinsônia, cuja capital seria Macapá, faria fronteira com a Guiana Francesa sendo na atual configuração geográfica brasileira, a porção territorial mais ao norte do estado do Amapá.

A região do atual estado do Amapá sempre foi um praça de guerra, fortificada e vigiada pelos portugueses. Neste local, entre 1835 e 1840, eclodiu a Cabanagem, rebelião reprimida pelo governo brasileiro da época das Regências. Teria a proposta de Cândido Mendes uma expressão do poder maior do Governo Imperial na região? É o próprio Cândido Mendes que argumenta que o mapa da cidade de Macapá refere-se ao local em 1851, após ter sido reconstruído.¹⁴

Ao confeccionar e propor um novo território, o cartógrafo atua como um propagador de ideias, amparado na cientificidade técnica dos mapas e de Atlas geográficos.

Em 1868 no “*Parecer da Comissão de Trabalhos Geographicos a que se refere o parecer anterior*”, de autoria de Henrique Beaurepaire Rohan (Relator) e Pedro Torquato Xavier de Brito, a Revista do IHGB publicava uma análise favorável ao trabalho de Cândido Mendes argumentando que:

Suas apreciações sobre os nossos limites, quer internacionaes, quer interprovinciaes, são feitos com admirável critério, e n'isso como em tudo o mais revela o autor o seu acrysolado patriotismo. Em summa o – Atlas do Império do Brazil - é obra não somente útil à mocidade, a quem o autor a destina, como também a todos os homens provectos na sciencia.¹⁵



Figura 01: Província de Pínsônia. Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1868. p. XXIV

Estes “*homens provectoros de sciencia*”, para os quais havia sido produzido o Atlas, na realidade construíam sua própria representação do espaço e do território, confeccionando a documentação tangível para estruturar as situações intangíveis necessárias a condução dos grupos humanos aos quais pertenciam seus autores.

O trabalho de Cândido Mendes é um produto desta ambientação cultural e é a partir dela que deve ser percebido e estruturado como documentação cartográfica e histórica.

Na página 147, da obra organizada por Alencastro é apresentado o mapa da Província da Bahia. Sobre ele há apenas a referência de sua localização e confecção e o texto do livro de autoria de Kátia M. de Queiroz Mattoso; *A opulência na Província da Bahia*. Em contraposição a província

da Bahia, no texto que apresenta sua descrição no Atlas, é considerada por Cândido Mendes, como pobre em matéria de geografia.¹⁶

A pobreza atribuída ao território baiano causa estranheza ao leitor, pois: qual seria a ideia de reconhecimento do território proposto por Cândido Mendes?

Há uma referência interessante no próprio Atlas, quando Cândido Mendes, ao estampar o mapa topográfico da cidade *da Bahia de Todos os Santos*, atual Salvador, relata que “*A falta de uma planta regular desta importante Cidade, nos impede de poder notar por números, suas praças e edifícios públicos, religiosos e civis*”.¹⁷ Teria Cândido Mendes notado a ideia de civilização apenas para aqueles locais nos quais a urbanização seria possível de ser observada no traçado das cidades, principalmente, das capitais provinciais?

O autor reclama algumas vezes dos mapas recolhidos, chamando-os de “*deficientíssimos*” e é possível que a eficiência procurada por ele encontre-se na linguagem técnica da representação encontrada. Dos mapas observados por Cândido Mendes, todos realizados entre 1806 e 1863, persiste a ideia, para o autor do Atlas, de uma total falta de conhecimento do território baiano anterior ao século XIX. Tal fato sugere que Cândido Mendes construiu sua ideia de territorialidade a partir da associação daquilo que existia de imediato, ou seja, os aspectos materiais das documentações encontradas.

Teria a mudança da capital do país; de Salvador para o Rio de Janeiro, ocorrida durante o século XVIII afetado as possíveis realizações cartográficas do período? Esta hipótese torna-se pertinente ao observar-se que situação parecida ocorreu com a cidade de São Paulo de forma inversa, ou seja, desde sua fundação até meados do século XIX.

Anterior a época de prosperidade econômica advinda com o ciclo econômico do café, a cidade é raramente retratada e nem ao mesmo é mapeada, tanto em representações cartográficas quanto em desenhos de seus principais aspectos urbanos e sociais. Este fato pode elucidar a razão da enorme referência dada ao mapa confeccionado durante a expedição de Dom

Luiz de Céspedes Xeria, em sua passagem pela então província de São Paulo, quando em 1628 foi nomeado Capitão General do Paraguai.

Neste mapa, resultado da expedição de Céspedes Xeria, a então vila de São Paulo, é representada apenas com seu edifício da Câmara, além de um cruzeiro e de uma bandeira, lado esquerdo acima, conforme o mapa apresentado. Um registro bastante simplificado, porém de magnitude documental única.

Salvador, com a decadência econômica e política advinda de sua transferência como sede política administrativa da colônia, perderia o interesse do governo central, e em consequência sofreria deficiências no registro de seu território e do seu espaço administrativo. Novos fatores sociais, políticos e econômicos de interesse local teriam renascido já no início do século XIX, quando novas elites associadas ao comércio, principalmente em suas áreas urbanas mais populosas, resgataram e inseriram a Bahia, em um novo panorama administrativo unificador, proposto ao território brasileiro, após a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808.¹⁸

Este panorama unificador também deve ser observado na página 232 da obra HVPB, organizada por Alencastro. Neste momento é apresentado ao público o mapa do Atlas de Cândido Mendes que o território brasileiro como um todo. A ele é associado um quadro estatístico da população das diferentes províncias. Um fato curioso é que o mapa não ilustra a nova província de Pinsônia, ao contrário da proposta desenvolvida no corpo editorial original do Atlas. Aqui se pode questionar que na diferença entre o que é exposto e aquilo que é proposto pelo autor, busca-se a manutenção da estrutura formal existente na cartografia de representação do território brasileiro no período.

Apesar de suas ideias revolucionárias_ convés lembrar que Cândido Mendes estava propondo uma gigantesca alteração na estrutura tradicional de representação do território do país _ o autor buscou a manutenção do *status quo* político e econômico, mostrando que a cartografia, definida, de forma tradicional, como uma ciência técnica e positivista, servia a apoiar diretamente o poder político constituído.

Na obra de Alencastro, para este mapa, pela primeira e única vez, aparece um comentário pertinente a presença da ilustração da obra de Cândido Mendes:

Durante a Guerra do Paraguai constatou-se que o Império não dispunha de mapas sobre suas fronteiras. O jurista e geógrafo Cândido Mendes elaborou o Atlas do Império (1868). Parte do Norte, o Acre e áreas do Centro-Oeste posteriormente incorporadas ao território nacional não constam deste mapa.¹⁹

A forma com é tratado o mapa mostra a sua não importância como informação primária. A função inicial é discutida: não havia mapas sobre as fronteiras. Mapas existiam, apenas não eram divulgados de forma ampla, ficando restritos aos arquivos públicos.²⁰ Cândido Mendes cita uma série de obras que usou como referência para a produção dos mapas que estampa em seu Atlas. Na maioria deles é possível observar que as edições foram realizadas em outros países, Inglaterra e França; embora vários fossem de autores brasileiros. Não havia no país capacidade técnica para a impressão de um trabalho como o de Cândido Mendes o que levou o autor a fundar uma empresa, como comentado, o Instituto Philomathico, responsável pela confecção das litografias utilizadas na impressão dos mapas apresentados.

Pensando na obra organizada por Alencastro, a imagem mostra-se solta e sem perspectiva de entrosamento com o conteúdo dos textos. Ela é apenas mais uma ilustração, embora tenha seus méritos: não é uma ilustração atual, ou seja, como aquelas divulgadas durante muito tempo em obra impressas no Brasil cujos mapas, apesar de serem de referência histórica, são confecções contemporâneas e apenas apontam características discutidas no texto impresso.²¹

Na página 235 da HVPB, há a imagem do mapa da então Província de São Paulo.

Neste mapa todos os aspectos da inclusão da memória pessoal do autor se manifestam de forma visível, influenciando o leitor da cartografia produzida a criar um raciocínio voltado para a expressão cultural do produtor cartográfico.

Na parte Noroeste do mapa criado para representar São Paulo é possível visualizar a expressão “terrenos ocupados por indígenas ferozes”. Após, por exemplo, as cidades paulistas de Araraquara e de Botucatu, não mais existia; na visão do cartógrafo; algo que merecesse ser mapeado. De fato o chamado sertão paulista só passa a ser efetivamente conhecido após o início do século XX, mas já havia cidades fundadas na região como no caso do então arraial de São José do Rio Preto, de 1852.²²

Torna-se importante comentar que para Cândido Mendes, católico e monarquista convicto, a ideia de civilizar os índios, reportando-se a época colonial, ainda era um desejo vivo e atuante. Pode-se se questionar que a razão do próprio Atlas de Cândido Mendes também tenha propagado a percepção geral de que todo indígena era feroz e assim passível de controle, no caso mais amplo, de extermínio.

Esta expressão seria abandonada nos mapas confeccionados a partir da segunda metade do século XIX quando as ondas imigratórias se encaminham para a região.

A expressão “Terrenos Desconhecidos” seria a opção para atrair imigrantes e assim idealizar a conquista do território em sua totalidade administrativa.

Neste momento o governo central desconhecia a quem pertenciam porções gigantescas de terras na Noroeste paulista, por exemplo. Vilas e até cidades inteiras não eram mapeadas e teoricamente não existiam para as necessidades da administração provincial e monarquista. Além da atual cidade de Araraquara, no interior do Estado de São Paulo, tudo era confuso e propício a pertencer a quem chegasse primeiro. O uso de levas de imigrantes, associado á distribuição de mapas confeccionados a partir de 1886, pela Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo, demonstram que o território só passaria a conhecido no início do século XX.²³



Figura 02: Mappa da Província de São Paulo. Mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, 1886. Fonte: Biblioteca do Congresso dos E.U.A. Disponível em:

http://lcweb2.loc.gov/cgi-in/map_item.pl?data=/home/www/data/gmd/gmd5/g5605/g5605/br000091.jp2&itemLink=D?gmd:2:/temp/~ammem_edyr::&title=Mappa+da+provincia+de+S%26atilde+o+Paulo++mandado+organisar+pela+Sociedade+Promotora+de+Immigra%26ccedil;%26atilde;o+de+S.+Paulo.&style=gmd&legend= (Acesso em 27/07/2008).

No mapa indicado, a expressão “Terrenos Despovoados”, assume um suporte ideológico alicerçado nas necessidades diretas do Estado constituído. Ao imigrante recém chegado, mesmo que ainda tomado pelas dificuldades locais, como também pelas barreiras culturais e linguísticas, a existência de um documento oficial atestando a não existência de donos “oficiais”, nos territórios mostrados, garantiria um impulso necessário ao seu deslocamento até a região. Neste sentido o objeto cartográfico passa a possuir outra dimensão documental, aquela que em tempos contemporâneos seria chamada vulgarmente de “propaganda enganosa”.²⁴

A totalidade da conquista e ocupação só apareceria em meados da segunda metade do século XX, pois até 1930, aproximadamente, a fronteira

entre os então Estados, de São Paulo e Minas Gerais, ainda não estavam definidas.

Na página 323 da HVPB, há o mapa Colônia Blumenau, o único a não pertencer ao corpo original do Atlas de Cândido Mendes. Deste mapa nenhuma informação maior é referenciada, além da existente no corpo da publicação original, embora na sua referência de fonte conste como acervo da Biblioteca Nacional.

É significativa sua existência, pois reforça a ideia similar de preencher os espaços não conhecidos na então Província de São Paulo com expressões que levassem ao interesse do imigrante. No caso da então colônia de Blumenau o seu mapeamento; observar as características de uso do formato de tabuleiro de xadrez; significaria o controle e organização, necessários a posse do território e sua gestão futura.

O que não é observado é esta relação a ser estabelecida com o texto. Mais uma vez o mapa só ilustra e não propõe leituras mais aprofundadas ao leitor/observador. Segundo a descrição “Mapa de João Breithamp, meados do século XIX. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.” Na realidade o nome do autor foi grafado de maneira incorreta. O mapa mostrado foi realizado por João Breithaupt, em 1869, para registrar as terras vendidas aos colonos naquele momento de ocupação da cidade de Blumenau. O mapa original, medindo 81 cm x 85 cm, não é reproduzido em sua totalidade. È deixado ao observado e leitor, apenas um pedaço de sua imagem total, o que compromete a análise possível de ser realizada.²⁵

No recorte proposto pela edição, é direcionado a mostrado apenas, aquilo que é proposto pela legenda da imagem: “*herdeiros das tradições seculares da vida comunitária camponesa, os colonos procuravam manter-se agrupados nas novas colônias brasileiras. (Breithamp, Mapa, meados do século XIX, Biblioteca Nacional)*”. Para mostrar este suposto “agrupamento” o mapa original é recortado para adaptar, visualmente, os terrenos ocupados pelos colonos. Há, desta forma, uma condução do olhar para acomodar a perspectiva do autor do texto. Novamente a imagem é reconhecida como um documento secundário, para “legitimar”, a historiografia produzida.

Não trabalho historiográfico realizado, são negligenciados dados interessantes, como exemplo, que em 1867 a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sua seção “*Mappas oferecidos ao Instituto durante o anno de 1867*”, registra que um habitante da região de Santa Catarina, chamado Henrique Kreplin oferecia, a biblioteca do Instituto, um trabalho de sua autoria, ou seja, o “Mapa das colônias da província de Santa-Catharina levantadas por Henrique Kreplin”.²⁶ Naquele momento havia a necessidade deste tipo de registro, ou seja, o mapa de João Breithaupt de 1869, seguia a tendência política daquele momento histórico em questão.

Na página 402 da HVPB, há o mapa da Província de Pernambuco, última imagem cartográfica da obra que encerra a exposição e uso das imagens cartográfica. O mapa ilustra o texto “O fim das Casas-Grandes” de Evaldo Cabral de Mello. Encontra-se totalmente deslocado da ideia central do texto escrito, além de estar estampado de maneira ilegível. Está apenas como complemento de visualidade: talvez seguindo a tendência anterior dos outros mapas ou apenas para deixar transpassar que a modernidade vincula-se a este tipo de mapeamento daquela realidade histórica.

Qual é a modernidade esperada? Controle e gestão da coisa pública em âmbito do particular das elites?

O território pernambucano, talvez tenha sido o mais profundamente mapeado e explorado desde o início da colonização portuguesa na América. A produção mais intensa provavelmente tenha ocorrido na primeira metade do século XVII com a presença holandesa na região. O mapa *Hanc Tabulam continents laetam Pharnambuci*, realizado pelo cartógrafo holandês Nicolaes Visscher por volta de 1640, talvez seja o exemplo mais significativo deste processo de mapeamento. Neste mapa é possível observar desenhos que representam, entre outros aspectos da capital pernambucana, a representação, em 1630, da presença da esquadra holandesa no local.

Neste momento é significativo que este processo ocorra pois os acontecimentos ligados ao processo de ocupação holandês na região exigiam o conhecimento do território e principalmente suas marinas, portos e

caminhos fluviais necessários a sua penetração e expansão dos domínios holandeses. Muitos mapas produzidos, como por exemplo o clássico, *Rerum per Octennium in Brasília*, realizado em Kaspar van Baerle, em 1647, mostram além do território, a presença da fauna e flora do lugar. O mapa, neste aspecto torna-se quase um documento de descrição etnográfica, necessário a existência do conquistador no espaço recém ocupado. Kaspar van Baerle foi considerado o principal cartógrafo do Conde Maurício de Nassau e muitas de suas obras foram realizadas por encomenda deste governante.²⁷

A situação iconográfica proposta pelo capítulo escrito por Mello é bastante rica e navega por uma enormidade de imagens, seja de lugares registrados por fotógrafos como Augusto Stahl, ou mesmo o famoso Feliz Nadar em clássica imagem de Dom Pedro II em seu leito fúnebre, por ocasião de sua morte na Europa. O fim das Casas-Grandes proposto por Mello, articula-se com as imagens apresentadas ao serem produtos daquele momento histórico do qual escreve o autor. Há, neste sentido, principalmente, pela não articulação entre imagens e texto historiográfico, uma história paralela contada pelas imagens selecionadas.

A imagem do Atlas de Cândido Mendes entra neste processo de percepção do observador como algo apenas para servir de ilustração para o textual apresentado.

Situação História da divulgação do Atlas de Cândido Mendes na atualidade: considerações finais

Em 1999 em um artigo escrito para a Revista Veja, em 27 de Outubro: *Mapas do Brasil oculto*; Luiz Felipe de Alencastro alardeava a necessidade do IBGE reeditar a obra de Cândido Mendes que havia, já em 1868, dado visibilidade para “todos os brasileiros” das fronteiras de sua respectivas províncias.²⁸ Comentou, também, da iniciativa de Almeida em definir as mesmas fronteiras das províncias pelo uso dos acidentes geográficos do território. Isto não seria uma novidade de Almeida, pois na maioria dos

mapas confeccionados até então, relacionados ao território brasileiro, os acidentes geográficos serviam ao propósito da demarcação territorial. Apenas não havia a visão de conjunto, ou seja, sua montagem em uma obra única.

Dois anos antes, em 1997, era lançado o volume da coleção História da Vida Privada no Brasil: o Império e a modernidade nacional; com as ilustrações cartográficas atribuídas ao Atlas de Cândido Mendes. Percebe-se que o resgate de informações proposto por Alencastro associa-se ao desenvolvimento dos trabalhos relacionados à publicação da sua obra organizada.

No ano de 2000, os apelos de Alencastro seriam ouvidos, não pelo IBGE e sim pela Universidade Cândido Mendes que usando da proximidade familiar com o autor do Atlas original, editou-o novamente de maneira facsimilizada.

A edição de luxo: ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*. Ed. fac-similada. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2000 foi vendida, naquela época, pela fortuna de R\$ 300,00 reais, e novamente seria restrita à “visão” de poucos.

Uma edição econômica, custando na faixa de R\$ 80,00, também foi produzida e foi intitulada: *Atlas do Império do Brasil: os mapas de Candido Mendes em 1868*. Esta edição foi organizada Por Ney O.R. Carvalho, na editora: *Arte & História*, e ainda é possível de ser encontrada em algumas livrarias especializadas.

Ambas seguiram as efemérides de comemoração dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil e foram boas iniciativas embora atreladas a outro sucesso editorial, no caso, a coleção História de Vida Privada no Brasil.

Hoje o Atlas de Cândido Mendes encontra-se finalmente difundido para todos que o queiram observar. De forma gratuita pode ser “baixado” e também impresso pelo endereço Domínio Público, de responsabilidade do governo federal.²⁹

Finalmente após 140 anos de sua primeira edição, o público comum pode ter acesso a obra. Basta agora apenas pensá-la como um produto

cultural de seu tempo, inserida no contexto cultural deste mesmo momento histórico.

NOTAS

* Doutor em História Social pela FFLCH-USP; Docente do Mestrado em Hospitalidade na Universidade Anhembi Morumbi (UAM)-SP. E-mail: cavenagh@usp.br. Este texto, de forma resumida, foi originalmente apresentado na Mesa Redonda: “O Atlas do Império do Brasil e as representações existentes no livro: História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional”. Mesa Redonda ANPUH, coordenada pelo Prof. Dr. Marcos Silva. São Paulo Setembro de 2008.

¹ Ver: CARDOSO, Rafael (org.). *O design brasileiro antes do design*. São Paulo: CosacNaify, 2005. Nesta obra é possível perceber, em função de inúmeras discussões, o aspecto fundamental da ilustração impressa: provocar o acolhimento do olhar do leitor, inserindo-o no contexto cultural daquilo que é materialmente produzido.

² HARLEY, J. B. *La nueva naturaleza de los mapas*. México: Fondo de Cultura, 2005. p. 63-64.

³ A obra encontra-se disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_accion=&co_obra=28870

o material é difícil de ser encontrado pelo erro de indexação existente na plataforma de pesquisa. Está catalogado apenas como *Atlas do Império do Brasil*, sem menção de sua autoria.

⁴ FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra: introdução à bibliologia brasileira: a imagem gravada*. São Paulo : EDUSP; Melhoramentos; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977, p. 261.

⁵ FERREIRA, Orlando da Costa. *Idem*.

⁶ MÜLLER, Daniel Pedro. Itinerario das Estradas. Mapa Impresso: S.Carlos [Campinas]: Polygraphia de Hercules Florence, 1837. In: MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio D'Um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*". São Paulo : Typographia de Costa Silveira, 1838, p. A-244.

⁷ Paralelamente, também na cidade do Rio de Janeiro, havia o Instituto Litographico e Topographico de Kögel & Schwestka. In: FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra: introdução à bibliologia brasileira: a imagem gravada*. São Paulo: EDUSP; Melhoramentos; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977, p. 407.

⁸ ALMEIDA, Candido Mendes de. *Auxiliar jurídico: Código philippino ou ordenações do Reino de Portugal*. Recopiladas por mandado de el Rey D.

Philippei I. 14. ed. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1869. 833 p; ALMEIDA, Candido Mendes de. *Código Philippino ou Ordenações e Leis no Reino de Portugal* Recopiladas por mandado de el-rey D. Philippe I. 1º volume; décima quarta edição, 1487 páginas; 2º Volume *Auxiliar Jurídico Servindo de apêndice a décima quarta edição do Philippino ou Ordenações e Leis no Reino de Portugal*. Recopiladas por mandado de el-rey D. Philippe I, A primeira publicada no Brazil, Formato 18 x 25, 05 cm; Total de 1609 páginas.

⁹ FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra: introdução à bibliologia brasileira: a imagem gravada*. São Paulo : EDUSP; Melhoramentos; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977, p.409.

¹⁰ CARVALHO, Cláudio Lomelino de. (org.). *Atlas do Imperio do Brasil* segundo os dados officiaes existentes e outros documentos fornecidos pelo Ex. mo Snr. Conselheiro Barao Homem de Mello e Tenente-Coronel de Engenheiros Francisco Antonio Pimenta Bueno e pelos mesmos revisto. Organizado e gravado por Claudio Lomelino de Carvalho. Editado por Angelo Agostini e Paulo Robín. Rio de Janeiro: Lithographia Paulo Robin & C. a , 1882. In fol., de 3 ff de texto e 23 cartas.

¹¹ MARTINELLI, Marcello. Um atlas geográfico escolar para o ensino-aprendizagem da realidade natural e social. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/modules/mydownloads_01/visit.php?cid=41&lid=3816 Acesso em 12 de junho de 2009.

¹² Na análise da fotografia é perceptível a visão atual do analista ao propor que em um dos retratados há a expressão de medo pelo fato de que ele iria “apanhar”. Seria propício observar que seu deslocamento aleatório; representado pelo seu registro tremido na fotografia; pode não estar vinculado a essa possibilidade de análise e sim a curiosidade da situação incomum na qual se encontrava. Questiona-se a maneira impositiva do observador/autor do texto em questão, em transmitir suas impressões pessoais para a análise apresentada.

¹³ ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro : Instituto Philomático, 1868. p. 33.

¹⁴ ALMEIDA, Candido Mendes de. Atlas do Império do Brazil. Rios de Janeiro: Instituto Philomatico, 1868. p. 35

¹⁵ Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. B.L. Garnier: Rio de Janeiro, Tomo XXXII, Parte Segunda, 1869. p. 298 .

¹⁶ ALMEIDA, Candido Mendes de. Atlas do Império do Brazil. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1868. p. 16

¹⁷ ALMEIDA, Candido Mendes de. Atlas do Império do Brazil. Rios de Janeiro: Instituto Philomatico, 1868, p. XIII.

¹⁸ Esta hipótese de análise pode ser amparada no interessante estudo: GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado. In: *Diálogos*: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. v.05, n.01. p. 11-47, 2001.

¹⁹ *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 232. Uma das únicas expedições a conseguir mapear de forma eficiente o então sertão do território paulista foi a comandada pelo Visconde de Taunay quando de sua volta do cenário da Guerra do Paraguai, entre 1867 e 1869. Suas informações seriam contemporâneas as de Cândido Mendes...

²⁰ Mapa da Expedição de Taunay: Ver: COSTA, Luiz Flávio de C. O caminho de São Bento de Araraquara. In: ALMEIDA, A.M.; ZILLY, B.; LIMA, E.N. (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001. *Itinerário topográfico da marcha da Força Expedicionária a província de Mato Grosso desde São Paulo até o Coxim compreendendo a estrada que da cabeceira de Boa Vista se dirige à cidade de Campinas pôr Sant'Anna do Parnaíba, São Francisco de Salles, São Bento de Araraquara, e a parte da estrada-geral que do rio Paranaíba se dirige a Cuiabá pela capital de Goiás segundo as observações de d' Alencourt, construído e oferecido ao Governo de S. M. O Imperador pelo Capitão do Estado Maior de 1ª Classe B. el Capitolino Peregrino Severiano da Cunha, membro da Comissão de Engenheiros junto à Força Expedicionária. 1867.* (detalhe de carta manuscrita, papel sobre tela, nanquim e aquarela, original depositado no Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.) Fotografado por Beto Felício. Recolhido por COSTA, Luiz Flávio de C. O caminho de São Bento de Araraquara. In: ALMEIDA, A.M.; ZILLY, B.; LIMA, E.N. (orgs.) *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001, p.121.

²¹ Entre as obras mais conhecidas que apresentam este aspecto, vale citar: ALBUQUERQUE, Manoel; CARVALHO, Delgado de; REIS, Arthur Cezar F. *Atlas Histórico Escolar*. 7ª ed. Rio de Janeiro : FENAME, 1977. Ratifica-se aqui a contribuição de Delgado de Carvalho para a divulgação da ciência geográfica no país, apenas o conjunto da obra que não é eficiente ao propor esta ideia de leitura. Vide:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_acti on=&co_obra=24652. Acesso 12 de junho de 2009.

²² Em 1852, João Bernardino de Seixas Ribeiro, outro mineiro vindo da região de Casa Branca, fixava residência entre o espigão central do Rio Preto e o córrego do Canela, território que formaria o embrião central da futura cidade. "O local escolhido, como ocorreu em quase todas as cidades no sertão formadas no período, segundo Pierre Monbeig, dividia-se em "aguadas, isto é, terras compreendidas entre duas linhas de crista e correspondentes a uma pequena bacia hidrográfica. Era a posse da água o elemento indispensável de toda propriedade". MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1984, p.135.

²³ MAPPA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Organizado pela Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo. Rio de Janeiro: Lith. Paulo Robin & C^a, 1886. Para uma análise mais detalhada do assunto ver: CAVENAGHI, Airton J. *Olhos do Barão, boca do sertão: uma pequena história da fotografia e da cartografia no noroeste do território paulista* (Da segunda metade do

século XIX ao início do século XX), São Paulo : Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2004.

²⁴ Em 1885, portanto no mesmo momento da confecção do mapa da Sociedade de Imigração, Gustavo Kocnigswald em sua obra *São Paulo*, comentava que: “*Só o norte e noroeste do Estado [de São Paulo] estão ainda povoados por índios, e são pouco conhecidos. Distinguem-se entre eles as tribus dos Corados, dos Guaranyes, sendo a dos Chavantes pouco numerosa*”. KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. S.D.: São Paulo, 1895, p. 06-07.

²⁵ Para maiores detalhes ver registro eletrônico na Biblioteca Nacional: http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?T=gs&GPR=fbn_materiais&PR=livros_pr&DB=fbn_materiais&use=kw_livre&ss=new&disp=list&sort=off&ARG=Breithaupt&ckBasicCheckedCatalog=fbn_materiais<acesso 27/07/2009>

²⁶ Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXX, Parte Segunda, Rio de Janeiro: Garnier, 1867, p. 543.

²⁷ Para um pleno conhecimento deste momento da iconografia holandesa em Pernambuco ver: Mello, Jose Antonio Gonsalves de. *A cartografia holandesa do Recife: estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648*. Recife: IPHAN/MEC, 1976. Ver também:

<http://memory.loc.gov/intldl/brhtml/br-1/br-1-3-3.html> <acesso 27/07/2009>

²⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Mapas do Brasil oculto. Seção: Ponto de Vista, *Revista Veja*, edição 1621, p. 20; 27 de outubro de 1999. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/> <acesso 21 de julho de 2009>.

²⁹ Vide:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28870 <Acesso 12 de junho de 2009>.